

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. *Tenho um aluno surdo, e agora?*
Introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: EdUFSCar, 2013.

Reflexões linguísticas e educacionais em torno da inclusão de alunos surdos no âmbito escolar.

Andréa dos Guimarães de Carvalho*

Vencedor do 56º Prêmio Jabuti 2014 na categoria educação, o livro *Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos* se destaca dentre as várias obras literárias já existentes que trazem à tona temas envolvendo a inclusão de surdos em instituições escolares, isto é, temas ricamente debatidos há quase duas décadas, mas ainda obscuros na prática educativa.

A obra organizada por Lara F. Santos e Cristina B. G. Lacerda, traz reflexões necessárias e interessantes, expostas por vários autores, pesquisadores na área da surdez, Língua Brasileira de Sinais (Libras) e educação de surdos, que abrangem os temas atuais em torno da surdez e suas consequências no sujeito surdo referente aos aspectos educativos, linguísticos, históricos e socioculturais. Necessárias porque envolvem um campo cujos debates teórico-práticos contínuos ainda resultam em ações incertas em meio aos insucessos ou resoluções temporárias envolvendo essas temáticas. Interessantes porque se esbarram na complexidade dos fatos que demandam vivências desafiadoras que nos engajam em contínuas pesquisas, diversificadas e correlacionadas, ampliando sempre os campos de investigações em que tais temas estão inseridos.

Lacerda e Santos são fonoaudiólogas e docentes na área da Educação Especial com conhecimentos aprofundados que se enquadram aos aspectos da surdez, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação inclusiva e bilíngue, os quais são percorridos no livro.

* Mestre em Ensino na Educação Básica – PPGEEB/Cepae/UFG. Doutoranda em Linguística – UNB, professora efetiva da UFG e intérprete de Libras na Secretaria Municipal de Educação de Senador Canedo.

As experiências das organizadoras, associadas às dos autores, contribuintes da obra, nos permitem embarcar em discussões teórico-práticas mais seletivas e seguras quanto a dados e informações atuais sobre os assuntos nela abordados, abrindo espaço para reflexões relevantes, reunidas e claramente relacionadas nessa obra, que vêm contribuir para a re-construção de novos conceitos, papéis dos profissionais envolvidos, possíveis ações e estratégias para melhor entendimento e atuação na área educacional em que o sujeito surdo está inserido, ou seja, reflexões pertinentes e, na atualidade, essenciais, tanto para a preparação de futuros docentes como para o esclarecimento de dúvidas e informações mais objetivas para os professores já atuantes.

A obra discorre os temas em três partes: a primeira refere-se às questões introdutórias que envolvem a surdez e a Libras; a segunda, aos aspectos estruturais linguísticos e históricos em torno da Libras; a terceira, e última, à educação dos surdos no contexto escolar e à formação docente para atuar nesse contexto.

Na primeira parte, três capítulos norteiam as discussões: o capítulo I com o título “Surdez e linguagem”, o capítulo II, “Libras. Apresentando a língua e suas características”, e o capítulo III sob o título “Educação inclusiva para surdos e políticas vigentes”.

O capítulo I apresenta as reflexões da autora Maria Cecília Moura sobre surdez e linguagem com suas influências na constituição do sujeito surdo, mas destacando a importância da Língua de Sinais em todo esse processo. Nesse capítulo, a autora reafirma a importância da língua(gem) no desenvolvimento pleno da criança e destaca o papel da escola e da família, principalmente da mãe ou cuidador, assim como a importância das relações interacionais no meio social e/ou comunidade em que está inserida. Levanta questões que envolvem a língua de sinais, a comunidade surda e alguns pontos políticos que norteiam a educação dos sujeitos surdos. Como papel da família, a autora ressalta a estância inicial desse papel no mundo socializado, na qual a relação saudável entre mãe e/ou cuidador se faz necessária no desenvolvimento natural da língua(gem) da criança. Nos casos da criança com surdez e filha de pais ouvintes não usuários de língua de sinais, esse primeiro canal de comunicação fica limitado, podendo desencadear prejuízos linguísticos e de linguagem na criança. Daí a importância do diagnóstico precoce e da orientação adequada para a família, evitando o enfraquecimento dessa relação.

Uma vez limitado o processo de aquisição da língua de sinais por parte da família, entra o papel da escola como promotora desse processo,

associado ao de socializadora (que oportuniza a construção de relações comunicativas diversas, troca de conhecimentos, valorização das diferenças etc.) e ao papel de suscitar conhecimentos reflexivos por meio dos conteúdos escolares, mediante uma educação com proposta bilíngue (a Libras, primeira língua, fornecerá uma base para o aprendizado da Língua Portuguesa, segunda língua, seja na modalidade oral ou escrita).

A comunidade surda é citada pela autora como um ambiente linguístico fértil de suma importância para a criança surda, uma vez que propicia a transmissão e reformulação de valores comuns de um grupo, reforçando aspectos culturais importantes que podem constituir uma identidade.

A autora finaliza a discussão apresentando cinco pontos que compreendem as relações existentes entre linguagem e surdez num processo de aquisição da língua de sinais: é uma língua adquirida e não ensinada; quanto mais precoce a criança aprender a “escutar-ver” melhor será o seu desenvolvimento da linguagem; as experiências linguísticas devem abranger contextos diversos e em diferentes gêneros; a aquisição da linguagem deve acontecer em ambientes significativos; e a importância da relação entre língua, linguagem, identidade, cultura e comunidade em todos os contextos até então discutidos.

No capítulo 2, sob o título “Libras. Apresentando a língua e suas características”, a autora Kathryn Harrison descreve, de maneira simples e compreensível, um conjunto de fatores que caracterizam a Libras como uma língua natural, de modalidade visuoespacial, que está em uso e em desenvolvimento constante, tal como as demais línguas.

O termo “natural” para a Libras é justificado, pela autora, por ser uma língua utilizada por seres humanos em situações de interação social e pela forma como ela é linguisticamente organizada na região cerebral, se assemelhando aos processos linguísticos que acontecem nas pessoas durante a aquisição de qualquer língua.

Usando as referências de Stokoe (1979) e Quadros e Karnopp (2004), Kathryn mostra a estrutura fonológica constituinte do léxico das Línguas de Sinais, conhecida como tendo os seguintes parâmetros: configuração de mãos (CM), locação da mão (L), movimento da mão (M), orientação da palma (OP) e aspectos ou expressões não manuais (ENM). Também faz referências às características da modalidade dessa língua, isto é, modalidade visuoespacial que é justificada, pela autora, tanto pela produção dos sinais da língua acontecer no espaço neutro à frente do corpo, como pela sua percepção através da visão. A arbitrariedade, dupla articulação, criatividade/

produtividade, versatilidade e flexibilidade também foram características determinantes que justificaram o reconhecimento das línguas de sinais como equivalentes às demais línguas (p. 32).

Esses achados promoveram novas repercussões na área da linguística e vem desencadeando movimentos de grupos surdos, paralelamente às reformas políticas diversas nos campos da educação no Brasil com incentivos de uma “educação para todos” e na inclusão de alunos especiais em escolas regulares, tais como a Lei da Acessibilidade (Lei nº 10.098) e a Lei que reconhece a Libras (Lei nº 10.436), dentre várias outras que foram surgindo no decorrer dos anos.

A autora finaliza o capítulo apresentando duas consequências dessa reforma e algumas evoluções para a Libras. Como consequência, tem-se a exposição da Libras a uma população escolar que anteriormente a desconhecia e o acesso de surdos a uma educação escolar, antes não almejada. Como evolução, tem-se: um campo profissional acessível para os surdos na docência pelo ensino de sua própria língua aos demais profissionais ligados à educação; a necessidade de maiores estudos e reflexões dos surdos sobre sua própria língua como instrumento de ensino, levando-os à procura de cursos superiores; e um campo profissional acessível para os intérpretes, que se viram diante de desafios complexos de tradução e interpretação no meio acadêmico para esses surdos. Tais fatos comprovam que a Libras encontra-se em uso e em pleno desenvolvimento, como as demais línguas.

O capítulo 3, “Educação inclusiva para surdos e as políticas vigentes”, da autora Mariana Campos, ressalta a polêmica da educação do aluno surdo em escolas regulares com base na proposta inclusiva. Trata-se de uma polêmica por envolver sujeitos que se encontram fora do seu contexto linguístico, a Libras, que é o mais apropriado para uma aprendizagem significativa, além de estarem imersos em um ambiente rodeado por pré-conceitos e barreiras legais não contribuintes para um desenvolvimento global desses sujeitos, tal como o esperado para os ouvintes.

A segunda parte da obra, que contempla seis capítulos, do 4 ao 9, descreve, sucintamente, os aspectos linguísticos e históricos da Libras.

Nessa parte, o leitor se depara com informações histórico-gramaticais pertinentes que abrangem: (a) referências fonológicas, apresentando os cinco parâmetros (configuração de mãos, ponto de articulação, movimento, orientação da palma da mão e expressões não manuais – faciais e corporais) que constituem os sinais que compõem o léxico da Libras, descritos no capítulo 4, intitulado “Aspectos da gramática da Libras”, dos

autores Alexandre Morand Góes e Mariana de Lima Isaac Campos; (b) mecanismos de formação, transformação e ampliação desse léxico, tipologia de empréstimos vindos do contato com outra língua (língua local), são discutidos por meio da morfologia da Libras e expostos no capítulo 5, “A construção dos sinais e sua mobilidade” e no capítulo 8, “Estudo do léxico da Libras: uma história a ser registrada”, ambos da autora Neiva Aquino Albres; e (c) processos discursivos-enunciativos dos aspectos sintáticos e semânticos e a relação entre significação e contextualização presentes nas intenções comunicativas entre os usuários da Libras são discutidos em dois capítulos, isto é, no capítulo 6, “Comunicação em Libras: para além dos sinais”, também da autora Neiva Aquino Albres, e no capítulo 7, “Polissemia Libras: a significação e o contexto”, de Vânia de Aquino Albres Santiago, com informações sobre o uso de expressões idiomáticas e metáforas presentes em alguns desses processos.

Além desses impasses gramaticais, características singulares da Libras, como simultaneidade e linearidade, também são apresentadas, desencadeando breves comparações contrastivas com a língua oral portuguesa falada no Brasil.

O capítulo 9, “Dicionários e manuais de língua de sinais: análise crítica de imagens”, das autoras Cássia Geciauskas Sofiato e Lúcia Reily, finaliza essa parte dois, trazendo uma reflexão singular sobre a necessidade de reformulações ou na produção de novos dicionários e manuais de Língua de Sinais. O capítulo reforça a importância desses para estudos e aprendizagens dessa língua, mas revela as dificuldades e ineficiências descritivas e visuais dos sinais nos dicionários atuais em razão de sua complexidade representativa em termos linguísticos e imagéticos. Nesses dicionários, os sinais não são apresentados de forma clara em suas tridimensionalidades, gerando confusões na reprodução e em suas representatividades nos diferentes contextos discursivos em que podem ser usados.

Ao final, destaca-se a necessidade da intersecção com outras áreas de conhecimentos, como as artes visuais, em novas produções de dicionários e cujos conhecimentos poderiam contribuir para a melhoria desse tipo de material que, de certa forma, tem sido imprescindível não somente na dissipação e aprendizagem das Línguas de Sinais, mas, também, na educação dos surdos.

A última parte, 3, composta por cinco capítulos, do 10 ao 14, contempla aspectos relacionados à educação de surdos, abrindo espaço para um diálogo reflexivo entre as políticas de inclusão vigente e como viabilizar a formação

de professores para atenderem uma realidade educativa ainda desafiadora que não corresponde com as necessidades atuais em que os surdos se encontram.

O capítulo 10, “Ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para surdos: impacto na educação básica”, da autora Ana Cláudia Baleiro Lodi, reluz a maior problemática enfrentada na educação pelos profissionais envolvidos, isto é, os impactos da escrita da língua portuguesa para o surdo, em todos os níveis escolares, e levanta questionamentos como: quando e como ensinar a língua portuguesa escrita para os surdos? Por que a não superação das dificuldades desses sujeitos no processo de ensino-aprendizagem dessa língua?

Lodi traz repercussões sobre os diferentes modelos inclusivos e os processos envolvidos nesse impasse de ensino-aprendizagem da leitura e escrita da língua portuguesa e a experiência otimizada da educação bilíngue para a superação dessas dificuldades.

O capítulo 11, intitulado “Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos”, das autoras Cristina Broglia Feitosa de Lacerda, Lara Ferreira dos Santos e Juliana Fonseca Caetano, traz informações complementares ao capítulo 10, apresentando estratégias metodológicas para tornar mais efetivo o processo de ensino-aprendizagem do surdo, tal como a pedagogia visual, o trabalho coletivo e colaborativo entre os profissionais envolvidos nesse processo, mas, principalmente, a consideração das singularidades perceptivas visuais do surdo em torno da forma como ele apreende e constrói sentidos sobre o mundo em que vive.

Cristiane Kotakie e Cristina Lacerda, no capítulo 12, intitulado “O intérprete de Libras no contexto da escola inclusiva: focalizando sua atuação na segunda etapa do ensino fundamental”, trazem novos argumentos sobre o papel do intérprete educacional que se diferencia dos demais tipos de atuação na área de interpretação, por envolver tanto uma estrutura e contexto singular como formas interativas de convivência distinta com o surdo que se reformulam no dia a dia do cotidiano escolar. Nesse papel, a passividade do trabalho de tradução-interpretação não sustenta e nem resume o trabalho eficaz do intérprete que, por ser detentor de informações complementares (referentes à língua, à forma de construção de sentidos e às estratégias de aprendizagem do aluno surdo) adquiridas na convivência com o surdo, pode auxiliar a direcionar ações mais assertivas e efetivas, quando disposto a colaborar e contribuir com informações pertinentes aos professores regentes. Configura-se, nesse capítulo, a necessidade do trabalho colaborativo entre intérpretes educacionais de libras e os professores envolvidos na educação

de surdos, numa relação mais interativa, cuja proximidade contribuirá para a superação de barreiras e dificuldades encontradas nesse percurso de ensino-aprendizagem de surdos no âmbito escolar.

Os capítulos 13 e 14, “Libras no currículo de cursos de licenciatura: estudando o caso das ciências biológicas”, das autoras Juliana Caetano e Cristina Lacerda, e “O ensino de Libras para futuros professores da educação básica”, escrito por Lara Santos e Mariana Campos, finalizam a obra destacando experiências de ensino de Libras como segunda língua (L2), isto é, para ouvintes, na modalidade presencial: expondo falhas e estratégias didático-pedagógicas, ainda na formação básica desses professores – cursos de licenciatura –, em torno da importância da conscientização desses profissionais diante da Libras, da cultura e das singularidades do surdo para conduzir, futuramente, um ensino de qualidade; e expondo informações relevantes sobre procedimentos de aulas e planos de ensino mais adequados para essa classe de alunos.

De fato, se analisarmos bem, as informações discorridas na obra acima descrita justificam a almejada premiação por apresentar de forma resumida, clara e objetiva não somente os temas principais – surdez, língua de sinais e educação –, que são necessários para um professor saber atuar com alunos surdos, mas também, e principalmente, a relação existente entre esses temas para a promoção de uma aprendizagem significativa efetiva desses alunos com vistas à formação de cidadãos ativos e participantes da e na sociedade.